



GT 67. Povos indígenas e abordagens transversais: etnologia, história e arqueologia

Coordenador(es):

Vicente Cretton Pereira (UFV - Universidade Federal de Viçosa)

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Sessão 1

Debatedor/a: Rafael Fernandes Mendes Júnior (BN)

Sessão 2

Debatedor/a: Fabíola Andréa Silva (USP - Universidade de São Paulo)

O objetivo deste GT é reunir pesquisadores cujos trabalhos explorem a transversalidade entre a antropologia, história e arqueologia relacionada aos povos ameríndios, a fim de iniciar uma discussão sobre novos paradigmas analíticos possíveis em função dos avanços registrados na pesquisa nas duas últimas décadas. Por exemplo, as relações entre os diversos povos indígenas amazônicos e seus padrões da borracha no século XIX, ou entre os grupos guarani e as missões jesuíticas e franciscanas entre os séculos XVI e XIX apontam para a relevância da história para o debate sobre as transformações pelas quais passaram esses e outros grupos ameríndios. A crítica etnográfica de fontes históricas tem trazido à tona dados preciosos acerca de muitos contextos americanos, permitindo reconstruir, ainda que parcialmente, determinadas realidades sociais – bem como repensar as realidades presentes vividas por esses indígenas. Além da antropologia e da história, trabalhos recentes em arqueologia têm contribuído decisivamente para uma maior compreensão de tais realidades, seja desvelando o caráter antropogênico da floresta amazônica por exemplo, ou ainda desenvolvendo uma perspectiva antineolítica para esta região, diferenciando as trajetórias dos povos ameríndios e as dos povos do velho mundo, permitindo vislumbrar traços do que seria uma História Antiga da América.

?Para onde foram os Wèrè?? Etnoarqueologia e Práticas Colaborativas com os Karajá/Iny da Ilha do Bananal (Tocantins, Brasil)

Autoria: Diego Teixeira Mendes (Museu Antropológico/UFG)

Os registros etno-históricos apontam que os Karajá/Iny já ocupavam a Ilha do Bananal no final do século XVI. Os dados arqueológicos regionais apontam para ocupações milenares, mas praticamente desconhecemos os processos de ocupação pré-coloniais no território Karajá da Ilha do Bananal. Buscarei aqui discutir alguns pontos da literatura sobre os processos de ocupação pré-coloniais da região da bacia do Araguaia, bem como hipóteses sobre a origem e a relação dos Karajá com outros grupos étnicos, explorando as ideias de Pétesch (1987) ? os Iny como um grupo de posição intermediária no continuum Jê-Tupi - e Rodrigues (2008) ? que propõe os Javaé/Iny como o produto de uma fusão complexa entre povos de origem Arawak e Macro-Jê. Ao mesmo tempo, os Karajá narram histórias sobre o seu passado e explicam que a materialidade (arqueológica) dispersa sobre o seu território está associada a um povo chamado Wèrè, que desapareceram após a sua chegada. Dessa forma, proponho uma pesquisa etnoarqueológica com os Karajá/Iny centrada nas ideias de história indígena de longa-duração (Neves, 1995; 2015; Silva & Noelli, 1996; 2016; Wüst, 1990), simetria e reflexividade (Shanks & Tilley, 1987) e colaboração (Atalay, 2006). O objetivo é investigar junto com os Karajá os processos de ocupação pré-coloniais e históricos da Ilha do Bananal, tomando a materialidade arqueológica, os mitos e as explicações nativas como eixos de pesquisa e reflexão.



**Reunião Brasileira
de Antropologia**

SABERES INSUBMISSOS:
DIFERENÇAS E DIREITOS
RIO 2020

www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA

ISBN: 978-65-87289-08-3



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: